

# Direitos, Todas/os Têm? O Coro das Mulheres Assentadas sobre (In) Visibilidade, Lutas e Políticas Públicas

*Patricia Rosalba Salvador Moura Costa<sup>1</sup>*

*Amanda Christinne Nascimento Marques<sup>2</sup>*

*Hannah Uruga Oliveira<sup>3</sup>*

## **Resumo**

Este artigo apresenta dados de pesquisa realizada com mulheres que vivem em dois assentamentos de reforma agrária em municípios situados no alto sertão sergipano e na zona da mata de Alagoas, sendo eles Jacaré Curitiba II, seção Nossa Senhora da Conceição, situado na cidade de Poço Redondo, e o Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, no Estado de Alagoas. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar com enfoque para o campo de estudos de gênero, estabelecendo o foco de análise nas relações de poder entre mulheres e homens assentados/as. Destaca que as desigualdades de gênero são bastante evidentes entre mulheres e homens que moram no assentamento. Há desconhecimento dos direitos básicos e sociais por parte das mulheres, e a presença de formas de violências que as atingem desde a mais tenra idade.

**Palavras-chave:** Mulheres, Assentamento, Reforma Agrária, Relações de poder.

1 Socióloga, Doutora em Ciências Humanas e Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe –IFS.

2 Geógrafa, Doutora em Geografia e Professora da Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

3 Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, aluna do 8º período de Engenharia Civil do Instituto Federal de Sergipe.

# Does Everyone Have Rights? The Chorus of Settled Women on (In)Visibility, Fights And Public Policies

## Abstract

This article presents research data conducted with women living in two agrarian reform settlements in municipalities located in the high backcountry of Sergipe and in Zona da Mata in the state of Alagoas, them being Jacaré Curitiba II, section of Nossa Senhora da Conceição, located in the municipality Poço Redondo, and the settlement Flor do Bosque, located in the municipality Messias in the state of Alagoas. This is an interdisciplinary research focusing on the gender studies field, establishing the focus of analysis in the power relations between settled women and men. It emphasizes that the gender inequalities are quite evident among women and men who live in the settlement, there is lack of knowledge of basic and social rights on the part of women and the presence of forms of violence that affect them from an early age.

**Keywords :** Women, Settlement, Agrarian Reform, Power Relations, Public Policy.

Eu só me arrependo hoje que uma coisa que meu pai não fez, foi que eu não tenho leitura. Eu choro porque eu não tenho leitura. Só a única coisa que eu tenho inveja, mais nada no mundo eu tenho inveja (Dona Joana, assentamento Nossa Senhora da Conceição, Sergipe)<sup>4</sup>.

Como sonho, queria ser professora, pois acho linda a profissão, mas sou analfabeta. Atualmente, o maior sonho é me aposentar (Dona Socorro, assentamento Flor do Bosque, Alagoas).

4 Os nomes utilizados neste artigo são fictícios para preservar a identidade das interlocutoras.

## Introdução

O presente artigo insere-se na temática dos estudos de gênero com foco específico para as relações de poder que se estabelecem em assentamentos de Reforma Agrária situados no Nordeste do Brasil. A pesquisa foi desenvolvida numa perspectiva interdisciplinar, através da qual foram investigados, analisados e comparados os modos de vida, as subjetividades e experiências de mulheres assentadas que vivem em dois modelos de assentamentos em municípios situados no alto sertão sergipano e na zona da mata de Alagoas.

Os assentamentos investigados foram Jacaré Curitiba II – seção Nossa Senhora da Conceição, situado na cidade de Poço Redondo, sertão de Sergipe, e o Assentamento Flor do Bosque, localizado no município de Messias, no Estado de Alagoas<sup>5</sup>. A pesquisa foi executada entre os anos de 2013 e 2015, através de abordagens quantitativas e qualitativas. Foram utilizados como recursos metodológicos: entrevistas, questionários e observações diretas. De um total de 62 duas famílias presentes nos assentamentos, entrevistamos 32 mulheres que compõem o universo deste artigo.

Bergamasco e Norber (1996) classificam os diversos assentamentos no Brasil em cinco tipos distintos: 1) projetos de colonização formulados durante o Regime Militar, com o objetivo de ocupar áreas devolutas e expandir as fronteiras agrícolas; 2) reassentamentos de grupos atingidos por barragens de usinas hidrelétricas; 3) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; 4) programas de Reforma Agrária por desapropriação da terra, com base no Estatuto da Terra de 1964; 5) criação de reservas extrativistas para seringueiras da região amazônica. Este artigo focaliza assentamentos

5 Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa-CNPq, através da chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA N. 32/2012.

oriundos de programas de Reforma Agrária com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Estudos produzidos no Brasil, ao mesmo tempo em que apontam para uma elevada presença das mulheres no campo e na produção agrícola familiar, destacam também a forte desigualdade de gênero e a invisibilidade do trabalho feminino nas áreas rurais brasileiras, principalmente em Estados do Nordeste (Sales, 2007; Santana, 2006; Rego e Pinzani, 2013). Mesmo com pouca visibilidade, não se pode negar que elas estão participando do processo de *ocupação de terras*, produzindo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Segundo Sales (2007), presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Conforme dados apontados pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA - 2003, a situação de desigualdade social se expressa num número maior de mulheres entre as pessoas mais pobres do campo e numa participação expressiva nas ocupações não remuneradas do setor agropecuário. Apenas 7% dos/as beneficiários/as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no período de 1996 a 2000, eram mulheres. No mesmo período, as mulheres eram apenas 12,6% do público atendido pela Reforma Agrária. Além desse escasso acesso, há uma invisibilidade das mulheres como demandantes da Reforma Agrária, já que a proporção entre os gêneros na condição de assentados/as, titulados/as, acampados/as e candidatos/as inscritos não é equitativa (Brasil, 2003, p. 27).

Para pesquisadoras/es como Cordeiro e Scott (2007), Sales (2007) e Santana (2006), alguns problemas apontam para a desigualdade no acesso à terra e às políticas agrícolas, como a

estrutura cultural com base em princípios patriarcais<sup>6</sup> e a falta de documentos necessários às mulheres para que possam ter acesso às ações políticas:

Com a Constituição de 1988, quando no artigo 226, §5º, foi reconhecida a igualdade entre homens e mulheres na família, e no artigo 189, parágrafo único, estabelecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio onde concessão de uso de terras para fins de reforma agrária. Essas conquistas são fundamentais, expressam a luta das mulheres, no entanto elas esbarram em outros obstáculos, como a falta de documentos e escolaridade. A dificuldade de lidar com atividades do mundo público, como abrir conta bancária, por exemplo, é reforçada pelas práticas e costumes sexistas, que colaboram com a perpetuação da subordinação das mulheres rurais (Sales, 2007, p. 441).

De acordo com as orientações do II PNRA, um dos principais objetivos da Reforma Agrária é promover uma redistribuição de terras, considerando, sobretudo, as mudanças no regime de uso e de posse da terra, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. Para tanto, é necessário atentar aos propósitos estabelecidos pelo Estatuto de Terra, Lei n. 4.504/1964, que assegura a todas/os a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social. Segundo o Artigo 2º, § 1º, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

6 No campo dos estudos feministas, o debate teórico em torno do conceito de “patriarcado” é amplo, heterogêneo e controverso, passando por autoras como Delphy (1981), Saffioti (1992, 2011), Pateman (1993) e Machado (2000). Usamos neste texto o conceito baseado na concepção de Machado (2000), no qual as relações patriarcais na modernidade devem ser definidas considerando as distintas formas e diversidades.

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Brasil, 1964, art. 2).

Conforme destaca o INCRA, na prática, a Reforma Agrária proporciona:

A desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; A produção de alimentos básicos; A geração de ocupação e renda; O combate à fome e à miséria; A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; A interiorização dos serviços públicos básicos; A redução da migração campo-cidade; A democratização das estruturas de poder; A promoção da cidadania e da justiça social (INCRA, s.d.<sup>7</sup>).

Segundo dados apresentados pelo INCRA, no Brasil existem atualmente 969.296<sup>8</sup> famílias assentadas pelo órgão<sup>9</sup>. Em Sergipe e Alagoas, esse número é de 10.673 e 12.899, respectivamente. No entanto, muitas vezes, os assentamentos e as famílias assentadas não dispõem de infraestrutura social e produtiva condizentes para alcançar as metas institucionais e governamentais, principalmente quando são analisados os dados referentes às disparidades de gênero e à participação das mulheres na Reforma Agrária e nos assentamentos, ou como beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

7 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 12 out. 2015.

8 Fonte: SIPRA/INCRA, de 1900 a junho de 2015. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015.

9 Dados referentes aos Assentamentos criados pelo INCRA.

– PRONAF<sup>10</sup>. Na tentativa de minimizar as disparidades existentes entre homens e mulheres no acesso às políticas agrárias e agrícolas, o II Plano Nacional de Reforma Agrária dispõe, dentre vários pontos, sobre a necessidade da promoção da igualdade de gênero no acesso às terras:

O PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade (Brasil, 2003, p. 08).

Considerando o debate posto pelo movimento de mulheres do campo em relação à falta de igualdade no acesso às políticas de produção agrícola e à titulação da terra, as metas do Segundo Plano Nacional de Políticas para Mulheres preveem:

Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável [...]; Garantir o acesso igualitário das mulheres à terra, por meio da inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas; Promover o reconhecimento econômico das mulheres nos assentamentos, estimulando sua participação na gestão e no acesso à assistência técnica, crédito e comercialização (Brasil, 2008, p. 1).

Para corroborar o contexto de plena desigualdade no acesso à terra, a análise do índice de Gini<sup>11</sup> aponta para uma concentração de renda nos Estados de Alagoas e Sergipe, conforme destacado no Quadro 1. Em 2014, o índice de Gini para o Brasil era

10 O PRONAF Mulher foi criado em 2003 com o propósito de fortalecer o trabalho realizado pelas mulheres no campo.

11 O índice de Gini mede, entre outros aspectos ligados à desigualdade social, o grau de concentração de renda. Zero indica igualdade absoluta e 1 a concentração absoluta.

0,514, o que indica concentração, já que quanto mais próximo de um, maior é o grau de concentração da terra.

**Quadro 1.** Índice de Gini nos Estados de Sergipe e Alagoas.

UF	GINI 2009	GINI 2011	GINI 2012	GINI 2013	GINI 2014
Alagoas	0,572	0,526	0,499	0,525	0,501
Sergipe	0,576	0,560	0,542	0,560	0,485

Fonte: IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Na atualidade, a organização política dos/as camponeses/as tem apresentado novas demandas ou territorialidades, através do fortalecimento das relações sociais e de produção no campo. Podemos destacar os movimentos de luta pela Reforma Agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR's, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e o Movimento Indígena, Quilombolas<sup>12</sup>.

Segundo Sales (2007), a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, procurando romper a invisibilidade também como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação, as mulheres rurais criaram seu próprio movimento, consolidado na década de 1980. Desde então, realizam encontros nacionais, marchas e campanhas, criaram coletivos de mulheres e conquistaram direitos, a partir da consideração dos pontos de consenso, mas, sobretudo, pontos de ruptura presentes nos debates e na formação dos movimentos (Schwade; Paiva, 2014). De acordo com Caroline Bordalo,

A década de 1980 é o marco histórico de formação de muitos movimentos sociais, nacional e internacionalmente. É

12 Cf. Vieira e Marques (2015).

também nesse período e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, os movimentos de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo. A participação das mulheres nas lutas sociais no campo não é fato novo. No entanto, datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na década anterior muitas vezes ofereceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionarem sua condição social (Bordalo, 2006, p. 03).

Para além dos movimentos sociais tão necessários para conferir visibilidade às mulheres camponesas, algumas questões se fazem importantes para o entendimento de características específicas que dizem respeito aos modos de vida, às subjetividades e experiências de mulheres assentadas, especialmente àquelas que vivem no Nordeste do Brasil. Sendo assim, usamos o conceito de interseccionalidade nos termos propostos por Kimberlé Creenshaw (2002), considerando, especialmente, uma associação de sequências múltiplas de “subordinação e discriminação”, através da inscrição social presente nos modos de vida e sobrevivência descrito pelas mulheres camponesas entrevistadas:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Creenshaw, 2002, p. 177).

Desse modo, cabe destacar que são desiguais as relações que constituem e se fazem presentes no cotidiano das mulheres dos

assentamentos Nossa Senhora da Conceição, situado no Jacaré Curitiba II, em Sergipe, e no assentamento Flor do Bosque, situado na cidade de Messias, Alagoas. A pesquisa mostra singularidades que falam de um espaço geográfico e de uma realidade social presentes nesses assentamentos tanto em Sergipe como em Alagoas, mas que também dialogam com um contexto mais amplo, especialmente quando observado a partir das questões que marcam as relações de gênero, como pondera Bock (2006).

## As relações de gênero em assentamentos de Reforma Agrária

O conceito de gênero desponta no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 entre pesquisadoras feministas norte-americanas, referindo-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (Scott, 1990; Grossi, 1998a). A partir desse marco, novas reflexões se interpuseram, refinando o debate em torno da desnaturalização das masculinidades e feminilidades e das relações de poder entre homens e mulheres. No campo dos estudos feministas, portanto, a categoria gênero veio legitimar o debate teórico sobre o lugar social das mulheres (Scott, 1990; Grossi, 1998), introduzir a perspectiva da relacionalidade e fomentar o questionamento das explicações naturalizantes a respeito das assimetrias sociais entre homens e mulheres.

Segundo Cordeiro e Scott (2007), o processo de produção de conhecimento e reflexões políticas sobre mulheres e gênero em contextos rurais obtiveram maior visibilidade no contexto da década de 1980. Três vertentes foram fundamentais para o esboço desta área:

A produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas

etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc. (Cordeiro; Scott, 2007, p. 420).

Ainda, segundo os autores acima, a produção de conhecimento científico se consubstanciou de grande importância para dar visibilidade às mulheres do campo e problematizar as relações de poder e desigualdade. Associada a isso, a ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades do cenário político dos anos 1980. Para Cordeiro e Scott (2007), as lutas que alcançaram uma maior visibilidade política consideraram, no período, quatro eixos de reivindicação e ação: a) reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; b) lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; c) acesso aos benefícios da Previdência Social; d) participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações (Cordeiro; Scott, 2007, p. 423).

Um momento importante e que obteve participação das mulheres do campo se refere aos trabalhos realizados para a Constituinte. Naquele momento, a luta das trabalhadoras rurais, articulada com o movimento sindical rural e com o movimento de mulheres, garantiu conquistas como o direito à terra, a extensão dos direitos trabalhistas para homens e mulheres trabalhadores/as rurais e o acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir do final da década de 1980, as lutas das mulheres foram pela regulamentação dos direitos conquistados e pela implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero.

De acordo com Grossi (1998a), após a década de 1980, as mulheres se fortaleceram e começaram a articular encontros sobre temáticas variadas, como a violência contra as mulheres, maternidade e direitos constitucionais. Sales (2007) argumenta que, no ano de 1986, foi criado o Movimento de Mulheres Trabalha-

doras Rurais – Nordeste. Os anos 1990 representaram um período em que se fortaleceu a organização das trabalhadoras rurais com a formação de uma rede de comunicação, o que resultou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1995. Em 2004, foi criado o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

No Nordeste, o movimento de mulheres rurais cresceu e acolheu multiplicidades de ideias expressas nos grupos organizados, entre eles o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR) (Sales, 2007, p. 438).

Apesar da organização das mulheres em movimentos e sindicatos e das conquistas obtidas nos últimos anos, as desigualdades no meio rural ainda são muito expressivas (Rego; Pinzani, 2013). No Nordeste do Brasil, essa situação merece especial atenção, principalmente nas questões relacionadas à desigualdade de gênero, que levam a uma maior pauperização do público feminino (Rego; Pinzani, 2013). Além disso, na região Nordeste, ainda está arraigada uma cultura patriarcal que faz parte da formação da identidade do/a nordestino/a e muitas vezes contribui para a falta de problematização das questões relacionadas ao posicionamento das mulheres na sociedade (Albuquerque Junior, 2003).

## Aspectos teóricos e metodológicos

A pesquisa que consubstancia o presente artigo está centrada no campo de estudos de gênero, área interdisciplinar por excelência, e dialoga com conhecimentos produzidos nas áreas disciplinares da Sociologia, Geografia e Antropologia. Para tanto, dialogamos como autoras como Grossi (1998), Scott (1990), Schwade

e Paiva (2014). A interdisciplinaridade é compreendida, neste texto, conforme pontuam Augusta Alvarenga et al. (2011), como uma maneira de produzir conhecimento científico diante da complexidade do mundo contemporâneo, considerando, sobretudo, que “a realidade nem sempre pode ser enquadrada dentro do universo do domínio disciplinar” (Alvarenga et al., 2011, p. 13).

Utilizamos o conceito de poder com base em Foucault (1981, 1995, 2009), especialmente para analisar as relações de poder que estruturam as experiências e modos de vida das mulheres assentadas. Partimos do pressuposto foucaultiano de que cada sociedade tem sua forma de produção de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, as maneiras como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Essa forma de produção de verdade está diretamente relacionada às teias culturais que formam a sociedade (Costa, 2012).

A pesquisa que estrutura este artigo dialoga com duas fontes: entrevistas e observações *in loco*. Do ponto de vista metodológico, as abordagens qualitativa e quantitativa foram utilizadas, pois, conforme Severino (2007), estas designações referem-se a um conjunto de metodologias, as quais destacam-se ao longo do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e de campo. Em relação ao trabalho de campo, realizamos entrevistas semiestruturadas e aplicamos questionários. A análise das entrevistas está pautada no método antropológico, considerando principalmente os ensinamentos de Cardoso de Oliveira (2006), os quais enfatizam a importância da articulação entre o ouvir e o escrever, como também entre interlocutor/a e pesquisador/a no processo de realização e análise da entrevista. De um total de 62 famílias que compõem os dois assentamentos conjuntamente, foram entrevistadas 32 mulheres.

## O campo em estudo: contextualização dos Assentamentos Flor do Bosque e Nossa Senhora da Conceição

O assentamento Flor do Bosque está situado no município de Messias e possui 35 famílias. Essa instalação é fruto da desapropriação da Fazenda Flor do Bosque, que foi ocupada em novembro de 1998. Messias possui um IDH de 0,568<sup>13</sup>.

Em 2006, a fazenda foi adquirida pelo Estado de Alagoas e repassada ao INCRA. Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Agrícola - PDA (2011), alguns desafios são postos atualmente nesse assentamento. Dentre os quais, destacam-se a luta pela permanência e reprodução social na terra. Tal permanência se dá através de ações coletivas realizadas pelo grupo no próprio assentamento, a partir da atuação da associação, a organização de uma área coletiva, a reivindicação por uma escola dentro do assentamento e o reflorestamento de áreas degradadas. Outra questão que merece destaque é o pouco acesso das mulheres às políticas agrárias e agrícolas. Segundo o PDA, é importante que haja maior equidade de gênero no alcance às ações do governo, certamente, caso concretizados de acesso às políticas públicas por parte das mulheres possibilitam maior paridade e mais empoderamento nas questões relacionadas às decisões do assentamento<sup>14</sup>.

13 Fonte: IBGE. Dados referentes ao IDHM-2010.

14 O termo empoderamento não está presente no PDA, usamos este termo aqui com base na autora Lisboa (2008), "O movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos. O termo empoderamento chama a atenção para a palavra "poder" e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência. Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna

No que diz respeito ao Estado de Sergipe, de acordo com o INCRA, foram implementados 237 projetos de Reforma Agrária no Estado e assentadas 10.673 mil famílias pelo órgão<sup>15</sup>. Poço Redondo concentra o maior número de assentamentos: são 32, com um total de 3,5 mil famílias assentadas<sup>16</sup>.

Esse município está localizado na região noroeste do Estado, com área de 1.220km<sup>2</sup>. A sede municipal tem 210 metros de altitude e coordenadas geográficas de 09°48'17" de latitude sul e 37°41'06" de longitude oeste. O acesso, a partir de Aracaju, é realizado pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-206, perfazendo um total de 184 km (Brasil, 2002).

Poço Redondo apresenta os piores indicadores sociais e econômicos de Sergipe e a maior concentração de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Sem Terra. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município equivale a 0,529<sup>17</sup>, sendo a situação mais crítica do Estado de Sergipe (PNUD, 2003).

De acordo com dados fornecidos pelo INCRA-SE, o assentamento Jacaré Curitiba II, situado no município de Poço Redondo, ocorreu através da portaria de criação do dia 29 de dezembro de 1997, com processo de desapropriação da fazenda Alto Bonito Formoso, cuja área é de 1,216 hectares, 45 ares e 30 centavos, para um projeto inicial que abarcaria 71 famílias, embora o INCRA aponte, na atualidade, a presença regular de 35 famílias

da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações" (Lisboa, 2008, p. 2).

15 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 12 out. 2015.

16 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/primeira-entrega-do-pac-2-em-2014-atendera-mais-de-340-mil-pessoas-em-sergipe>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

17 Fonte: IBGE. Informação referente ao IDHM-2010.

assentadas e a associação de assentados informe que a seção Nossa Senhora da Conceição possui 27 famílias.

Para o Jacaré Curitiba, foi emitido um Contrato de Concessão de Uso (CCU) da área. No entanto, esse ainda não foi efetivamente titulado. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF é o principal sistema de crédito a que os/as produtores/as de Poço Redondo têm acesso. Apesar de nenhuma das mulheres assentadas ter reivindicado empréstimo direto via PRONAF Mulher, muitas relataram não conhecer o programa. Outras encontraram obstáculo nas exigências burocráticas para o empréstimo. Apesar das dificuldades para o acesso, o PRONAF tornou-se um instrumento fundamental para a ampliação da produção e geração de renda e, por conseguinte, para a fixação dos/as agricultores/as no campo.

Segundo dados recolhidos por Silveira et al. (2006) em Poço Redondo, as famílias assentadas respondem por 46% dos domicílios rurais. Em função da forte presença dessas famílias, as atividades desenvolvidas pelos/as assentados/as adquirem um capital político importante, ultrapassando as fronteiras dos espaços de assentamentos. Sendo assim, há a presença de representantes de destaque na estrutura política da cidade atuando especialmente nos espaços de decisão. O acesso a políticas como o Bolsa Família e a previdência social aparece como fator de extrema relevância para a composição da renda dos assentados do Nossa Senhora da Conceição. Além desses auxílios, existe também a prestação de serviços na forma de diárias fora do assentamento, além da ajuda de parentes. Alguns/mas produtores/as, não muitos/as, destacaram-se por apresentar a maior parte da renda oriunda da agropecuária (Silveira et al., 2006, p. 237).

## Mulheres assentadas: Entre o devir e o dever, as vozes que não pretendem calar

Um dos objetivos do projeto brasileiro de assentamento agrário é atuar no sentido de minimizar as desigualdades e a pauperização no campo. Contudo, do ponto de vista das questões de gênero, é necessário averiguar a maneira como são apresentadas às mulheres assentadas tais políticas, bem como analisar se os/as sujeitos/as em questão conseguem vislumbrar melhores condições sociais, a partir do momento em que conseguem ter acesso à titularidade da terra.

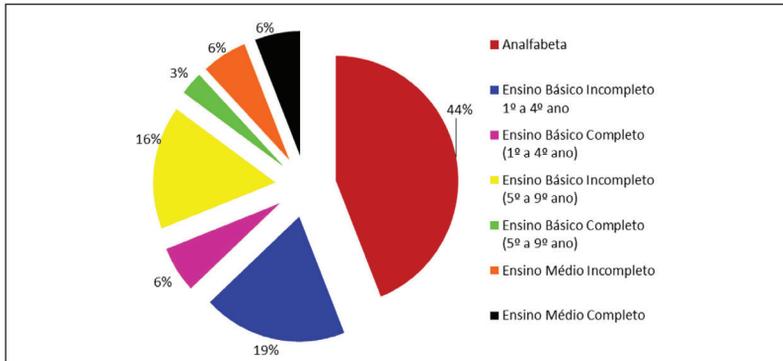
O estudo dos referidos assentamentos rurais em Sergipe e Alagoas situa-se para além da especificidade local num contexto social mais amplo, que se mantém em diálogo profundo com o fenômeno social político nacional (Lopes, 2008). Portanto, os resultados que ora apresentamos dialogam também com investigações produzidas por autoras como Schwade e Paiva (2014), Schwade e Costa (2012) e Santana (2008), bem como por pesquisadores/as que não trabalharam efetivamente com a temática dos assentamentos agrários, mas que contextualizam a condição estrutural da sociedade brasileira, apontando que esta termina por ratificar a pobreza, os estereótipos e as violências, facultando historicamente pouco acesso por parte das mulheres a políticas públicas e dificultando a oportunidade de vivenciar melhores condições de vida. Nesse ponto, referimo-nos especificamente aos estudos de Rego e Pinzani (2013).

A pesquisa constatou o baixo nível educacional das mulheres assentadas<sup>18</sup>. Dentre as entrevistadas, destaca-se a presença massiva de 44% de pessoas analfabetas, número acompanha-

18 Segundo o Censo/2010, as taxas de analfabetismo dos Estados de Alagoas e Sergipe são, respectivamente, 22,52% e 16,98%, enquanto a média nacional é de 9,02%. Os dados do PNAD/2015 revelam que o Brasil possui uma taxa de analfabetismo de 8,3%, enquanto Alagoas e Sergipe surgem no cenário com 24,03% e 18,04%.

do por 19% de mulheres que dispõem apenas do Ensino Básico Incompleto (1ª a 4ª série). Apenas 6% dispunha do acesso ao Ensino Médio completo. O gráfico a seguir evidencia os dados contemplando todas as fases encontradas:

**Gráfico 1.** Grau de escolaridade das colaboradoras entrevistadas.



Fonte: Gráfico elaborado pelas pesquisadoras.

A realidade do pouco acesso à educação está relacionada à história de vida das mulheres. Muitas começaram a trabalhar ainda na infância, ajudando o pai na agricultura e a mãe nas tarefas domésticas. Outras se mudavam cedo para a zona urbana, onde trabalhavam como babás ou empregadas domésticas, sem nenhum tipo de garantia trabalhista e alijadas do acesso à escola<sup>19</sup>. Como relata

19 É importante registrar que só apenas no ano de 2013 foi promulgada a Proposta de Emenda Constitucional 72/2013, conhecida como a PEC das Domésticas, que implementou os direitos trabalhistas das/os trabalhadoras/es vinculados ao lar. Essa Lei Complementar Nº 150/2015, foi sancionada pela Presidenta Dilma Vana Rousseff em 1º de junho de 2015, e aponta para a necessidade de efetivação de ação jurídica, no sentido, de regulamentar o trabalho doméstico, considerando, sobretudo, aquele desenvolvido por cidadão/ã que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana. A promulgação dessa Lei gerou muitos debates no País com argumentos contra e a favor dos direitos então adquiridos, o fato é que estes direitos tão tardiamente conquistados revelam a intersecção entre a exploração, desigualdade e classe que envolve as relações de gênero no Brasil.

Silvia<sup>20</sup>, de 80 anos, assentada do Flor do Bosque, o trabalho faz parte do cotidiano das mulheres desde a mais tenra idade:

Nós trabalhava muito. Era tudo dentro de roça; meu pai criou a gente dentro de roça. Nunca fui numa escola, que ele nunca botou nós numa escola. Meu pai, sabe o que meu pai fazia com a gente? Nós não podia com a enxada, ele botava nós para arrancar mato debaixo das palma da mandioca, por debaixo. Nós tudo pequeno. Para quem não gosta do sol era triste, apanhar e trabalhar. Nós trabalhamos demais. Oia, trabalhemo tanto no mundo que nós quase morre e o meu pai bravo, naquele tempo os home era tudo bruto, pai de família, o filho era escravo, era escravo... (informação verbal)<sup>21</sup>.

Júlia, 52 anos de idade, outra interlocutora do assentamento Flor do Bosque, também informa o motivo pelo qual nunca teve acesso à educação:

Nunca estudei. Eu faço meu nome maiúsculo todo adoidado. Aí eu como, engulo letra de meu nome, num sei direito. E aprendi sozinha aqui em casa porque eu nunca estudei, não. Eu com oito ano de idade eu fui trabalhar na paia da cana. Se eu contar minha vida, é um gibi completo. Se eu contar minha vida, quando chegar no meio da minha vida, eu choro. Num aguento. Aí num vale a pena, né? (informação verbal)<sup>22</sup>.

Joana, 48 anos, assentada do Nossa Senhora da Conceição, relata:

Comecei a trabalhar com oito anos de idade, com oito anos, na palha da cana, no cabo da enxada. Tem aquele negócio de moleza, não. Foi palha da cana mesmo, sem mentira nenhu-

20 Os nomes são fictícios para preservar a identidade das interlocutoras.

21 Entrevista concedida por Silvia às pesquisadoras em 2014. Optamos por manter a estrutura da entrevista tal como falada pelos/as interlocutores/as.

22 Entrevista concedida por Júlia às pesquisadoras em 2014.

ma, não. Se eu tiver mentindo, Deus tá vendo, pra ele dizer assim: “eu vou te dar um castigo bom pra você não levantar nem dessa cadeira”. Toda vida meu pai trabalhou assim, de roça, e acostumou a gente a trabalhar de roça. Eu só me arrependo hoje que uma coisa que meu pai não fez, foi que eu não tenho leitura. Eu choro porque eu não tenho leitura. Só a única coisa que eu tenho inveja, mais nada no mundo eu tenho inveja (informação verbal<sup>23</sup>).

Os depoimentos das mulheres ratificam sobremaneira as dificuldades que enfrentam no cotidiano, como, por exemplo, o acesso às políticas públicas, tais como o PRONAF Mulher, ou até mesmo o acesso ao programa de transferência direta de renda do Governo Federal, o Bolsa Família. Mas expressam também os desejos não alcançados revelados por subjetividades dilacerantes. Segundo Rego e Pinzani (2013), a falta de conhecimento interfere diretamente no processo de aquisição de autonomia e da subsistência imediata aos que não têm acesso ao programa.

Os dados de pesquisa mostram que a maior parte das mulheres entrevistadas nos dois assentamentos não se reconhece como chefe de família (44%). Ademais, 53% delas atribuem ao companheiro tal titularidade. Apesar de estarem à frente das decisões que dizem respeito ao lar, à educação dos/as filhos/as, às necessidades diárias que afetam o lote e a casa, além de trabalharem diariamente no campo e nas atividades domésticas sete dias por semana, em uma rotina média de 12 a 16 horas por dia, as assentadas não se reconhecem, na maior parte dos casos, como protagonistas, percepção compartilhada por seus companheiros, que conferem aos papéis de gênero o lugar do público e do privado destinados culturalmente aos homens e mulheres, respectivamente.

Tais observações são compartilhadas por Bock (2006), quando, ao analisar as características de gênero em distintos espaços ru-

23 Entrevista concedida por Joana às pesquisadoras em 2015.

rais de países variados, identificou que o espaço rural desempenha um papel importante na construção da identidade de gênero, a qual está bastante relacionada ao corpo. O autor conclui que, nesses espaços, a hegemônica definição de masculinidade ignora a existência de outras realidades e definições alternativas e corroboram a invisibilidade feminina. De acordo com Santana (2006, p. 51-52):

O trabalho da mulher está em toda parte: na comida que é preparada para só depois ser consumida; na limpeza da casa, das roupas; na organização e na gerência do lar; na formação dos filhos. Está, também, na criação de animais domésticos, na horta ou no roçado familiar, na costura feita em casa para a família ou na “ajuda” ao marido. Só que, em geral, esses trabalhos não são contabilizados e passam despercebidos e são esquecidos. Será esquecimento mesmo?

Outro dado que chamou a atenção durante a consecução da pesquisa de campo diz respeito à titularidade jurídica da terra. Atualmente, é reconhecida a propriedade ao casal de assentados através da Portaria n. 981/2003<sup>24</sup>. Todavia, 38% das interlocutoras não compactuam legalmente da titularidade das terras, apesar de muitas terem participado direta e indiretamente do processo de luta e ocupação. Outros casos relacionam-se à compra e venda do lote por parte de assentados/as. Algumas dessas mulheres são a segunda ou terceira proprietária.

O Programa Bolsa Família aparece como uma das políticas públicas mais importantes alcançadas e almejada pelos/as assentados/as, conferindo especialmente às mulheres mais poder de decisão e escolhas, além de suprir as necessidades imediatas, como assinala dona Maria, 36 anos, assentada do Nossa Senhora da Conceição, quando nos fala da importância do programa:

24 A titulação já estava prevista na Constituição, mas a falta de instrumentos legais dificultava a efetivação normativa.

Ah, porque se não fosse ele, nesses verões, como era que passava? Passava era fome mesmo! E assim, quando ele chega, a gente faz uma compra grande e vai comendo e o que aparecer, carne, essas coisas né? Mas tem ele certo (informação verbal<sup>25</sup>).

Algumas mulheres que não têm acesso ao programa falam com bastante ressentimento, e até denunciavam, indiretamente, irregularidades no acesso ao benefício. É o caso de Conceição, de 54 anos de idade, assentada do Nossa Senhora da Conceição:

Foi até bom você tocar no assunto. Eu sou pensionista, né, que eu sou viúva. A menina, minha filha adotiva, eu acho assim, que ela tem o direito de receber a bolsa do mesmo jeito, que ela não falta aula nenhum dia. Já tem alunos que estuda só por causa do Bolsa Família e falta aula. Muitos faltam aula que eu conheço em Poço Redondo. Aí disseram que eu não posso pegar a Bolsa Família por causa da pensão, mas não tem nada a ver isso, porque eu recebo pensão, não é aposentadoria, porque tem gente aqui no assentamento que recebe pensão, como eu, e tira o Bolsa Família e o Bolsa Escola também, e eu não tiro nada disso. Esses programas são importantes porque ajuda as pessoas, principalmente quem é pobre, né, que são necessitados. Aqui no assentamento tem muitos que não precisa, que recebe a pensão, como eu, que são aposentados, que têm ajuda. Aí não precisa. E aqueles que não têm nada? (informação verbal<sup>26</sup>).

O Programa Bolsa Família surge nesse cenário como uma possibilidade de acesso à cidadania historicamente negada a essas mulheres (Rego; Pinzani, 2013). Poder desfrutar dessa política pública de transferência de renda garante ao menos duas benesses sociais: a erradicação da situação de pobreza extrema e o acesso à maior autonomia e poder de decisão por parte das beneficiárias, fato que proporciona mais visibilidade aos sujeitos

25 Entrevista concedida por Maria às pesquisadoras em 2014.

26 Entrevista concedida por Conceição às pesquisadoras em 2014.

sociais, além de uma sensação de empoderamento, talvez nunca vivenciada antes.

Das mulheres entrevistadas, 66% viviam exclusivamente da agricultura. Esse fato confere uma ligação especial com a terra. É o caso de Socorro, assentada do Flor do Bosque, 51 anos de idade, uma mulher que relatou expressivamente a sua ligação com a terra conquistada, “Isso aqui é minha vida. Sem essa terra, eu morro, não existo” (informação verbal<sup>27</sup>). A entrevista com dona Socorro revelou com bastante clareza a vontade que ela tinha de ser ouvida, de compartilhar um pouco da sua história. Suas palavras revelam o sofrimento, as variadas formas de violência vividas desde a mais tenra idade e a capacidade de resistência das mulheres camponesas, invisibilizadas nos seus cotidianos e em suas lutas diárias, conforme também revela Santana (2008).

A entrevista com Socorro foi realizada numa manhã de sábado do mês de julho de 2013. Encontramo-nos em frente à sua casa; ela estava saindo da residência de sua nora (uma mulher que carregava o filho nos braços, uma menina desnutrida, branquinha e quieta). Ao nos encontrar, dona Socorro, muito alegre, cumprimentou-nos. Perguntamos se podíamos conversar. Ela respondeu que sim e nos convidou para entrarmos em sua casa. Subimos um pequeno morro. A casa, aparentemente grande, era rodeada de varandas (esse era o modelo da casa padrão financiada pelo INCRA destinada às famílias de assentados/as do Flor do Bosque), mas muito pobre. Naquele momento, quatro crianças de idades variadas, todas magras, brincavam na varanda, ao passo que nos rodeavam, curiosas, em nossa conversa, atentas à nossa presença.

Apesar do compromisso que Socorro tinha com seu genro (este a aguardava para levá-la até a sua casa), a mulher foi muito enérgica ao informá-lo que não iria naquele momento porque pre-

27 Entrevista concedida por Socorro às pesquisadoras em 2013.

cisava nos atender. Sentimos que dona Socorro era uma mulher forte, uma sobrevivente das adversidades que a vida lhe proporcionou, uma pessoa que precisava falar porque talvez fosse fruto de um contexto social recheado por silenciamentos. A sensação que tivemos foi que, para dona Socorro, estar conversando conosco soava como uma possibilidade de expressar seus anseios frente a uma vida repleta de lutas pela sobrevivência.

Socorro falava com sentimento. Tinha necessidade de se expressar sobre sua vida, seus sofrimentos, sua história. Uma mulher com aparência de quem batalhou cotidianamente pela sobrevivência. Tinha a tez morena, estatura alta, desprovida de dentes, uma característica marcante que nos fala do lugar ocupado por ela no mundo. Informou que sofria muito com o marido, que tinha casos extraconjugais. Ele era agressivo com ela e com os/as filhos/as. Porém, quando ele se dirigia para agredi-la fisicamente, ela também revidava. Portanto, não se colocou em momento algum na condição de vítima, embora seu relato evidencie que as formas de violência sofridas por ela são distintas e diversas (Grossi, 1998b):

Meus filhos sofreram violência. O marido queimou os meninos. O Conselho Tutelar foi informado pelos vizinhos e compareceu. Depois disso, ele melhorou um pouco, pois ficou com medo de ser preso. Ele não separa de mim para não perder o direito à terra; eu estou esperando me aposentar. Quando eu me aposentar, eu tomarei uma decisão. Primeiro, eu quero ter o meu pão. Depois, eu verei como faço, mas me dói muito deixar tudo isso aqui. Eu amo isso aqui, isso é minha vida. A terra é minha vida (informação verbal<sup>28</sup>).

Embora Socorro relate em sua entrevista que sofre violência doméstica, esta modalidade, no contexto da nossa pesquisa, não foi reconhecida pela maior parte das mulheres entrevistadas.

28 Entrevista concedida por Socorro às pesquisadoras em 2013.

Quando questionadas, 84% das mulheres informaram que nunca foram vítimas de nenhum tipo de violência no campo. Ao serem inquiridas se já foram agredidas fisicamente pelos seus companheiros, 78% responderam negativamente e 75% das interlocutoras disseram não conhecer nenhuma mulher que tenha sofrido algum tipo de violência. Estes dados são muito significativos, na medida em que evidenciam a existência de uma forma de silenciamento e naturalização das violências sofridas por mulheres que vivem no campo.

As mulheres, embora vivenciem situações de violência desde a mais tenra idade, não falam sobre o assunto, não se reconhecem no processo violento. A violência, seja ela em que modalidade se apresente, parece fazer parte do cotidiano dessas mulheres como algo normal. Em contrapartida, os dados da pesquisa mostram que 75% das mulheres informaram conhecer a existência de delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência, embora todas relatassem que tais instituições não se localizam perto dos seus domicílios, nem em municípios próximos, fato que dificulta o acesso quando necessitam.

Outro dado relevante diz respeito à Lei Maria da Penha/LMP: 85% das mulheres entrevistadas já ouviram falar deste dispositivo legal, o que demonstra a popularidade desse instrumento, conforme relato de Madalena, 41 anos, moradora do assentamento Nossa Senhora da Conceição:

Mulher a gente sempre vê nas reportagens, né? Na televisão que mais passa, né? Às vezes, sei lá, é importante, né? Que se toda mulher soubesse que o que ela passa com o marido pode denunciar, né? Que tem alguns delas que não denuncia. Espanca elas e tudo e não denuncia (informação verbal<sup>29</sup>).

29 Entrevista concedida por Madalena às pesquisadoras em 2014.

Socorro informou que o lote conquistado estava em seu nome e no nome de seu marido, mas que todas as decisões relacionadas à terra eram tomadas pelo companheiro. Embora trabalhasse diariamente na roça, seu poder de decisão nesses assuntos não era reclamado. Socorro era analfabeto, assim como muitas outras assentadas, e assinou os papéis de titularidade da terra com “o dedo”, fazendo uma menção à impressão digital. Considera-se a chefe da família porque todas as decisões são tomadas por ela. “Cuido dos filhos, trabalho na roça, decido sobre a escola dos filhos. Meu marido não faz nada disso, não quer saber de nada. Então, sou a chefe da família” (informação verbal<sup>30</sup>).

A agricultura faz parte da vida dessas mulheres. Seus/suas pais/mães eram agricultores/as e elas aprenderam o ofício tendo de trabalhar para ajudar a família desde muito cedo. Apesar de que alguns de seus/suas filhos/as ainda vivam da agricultura, muitos preferiram buscar outros rumos nas cidades, geralmente nas capitais, onde trabalham no comércio, nas casas de família, dentre outros. Os/as filhos/as dessas mulheres reproduziram de alguma forma a situação de pouco acesso à educação. Os mais velhos/adultos/as não estudaram ou abandonaram a escola muito cedo. Os/as mais novos/as vão à escola atualmente. Embora a educação oferecida seja de pouca qualidade, aprendem a ler e escrever. Não se pode deixar de mencionar que sua permanência junto ao programa Bolsa Família está vinculada à frequência escolar. Esse fato torna obrigatória a ida à escola.

A participação em espaços de decisão, como as associações de assentados/as, é rara. Geralmente, cabe ao homem participar das reuniões, mesmo que os dois titulares paguem a mensalidade. Algumas interlocutoras informaram não ter interesse no debate fomentado pelas associações porque parece mais um jogo de cartas marcadas, no qual as decisões estão prontas e bene-

30 Entrevista concedida por Socorro às pesquisadoras em 2013.

ficiam apenas a poucos/as assentados/as. Porém, as mulheres que disseram participar e se interessar pelo espaço de debate democrático oferecido pelas associações sentem-se representadas e satisfeitas, além de serem ouvidas e reconhecidas nas reuniões. Conforme destaca Santana (2006, p. 58):

No entanto, a atuação política das mulheres nos processos decisórios, ainda que minoritária e esporádica, é valorizada. Aquelas poucas que participam das reuniões e das assembleias promovidas pelas associações têm suas opiniões discutidas e, quando procedentes, acatadas. Em geral, a participação política das assentadas é pouco exigida, pois o esposo é o principal canal de informação sobre assuntos da associação e do Movimento – os quais chegam filtrados até elas, mais uma vez limitando sua participação.

As atividades de lazer vivenciadas pelas mulheres se restringem às festas religiosas promovidas pelas igrejas, aos programas televisivos e às alegrias proporcionadas pelos/as filhos/as e netos/as, não menos envolvidas por preocupações que rondam o futuro de uma geração às vezes incerto, mas composto por esperanças de tempos melhores, nos quais o acesso à educação se apresenta como a mola propulsora que garantirá mais visibilidade, mais liberdade e mais autonomia. É necessário que as vozes dessas mulheres ecoem e rompam as fronteiras dos seus espaços mais recônditos e subjetivos e que as políticas públicas sociais cheguem a quem de fato necessita. Afinal, como nos diz Belchior na música “Galos, noites e quintais”, “Não sou feliz, mas não sou mudo: hoje eu canto muito mais!<sup>31</sup>”.

31 BELCHIOR. Galos, noites e quintais. In: **Coração selvagem**. Intérprete: Belchior. São Paulo: WEA, 1977. 1 CD.

## Considerações Finais

O desenvolvimento do artigo possibilitou a visualização de dados sobre o universo agrário de assentamentos rurais em dois Estados do Nordeste brasileiro, Alagoas e Sergipe. O principal objetivo foi analisar questões relacionadas aos modos de vida, às subjetividades e experiências de mulheres assentadas no assentamento Flor do Bosque, Alagoas, e Nossa Senhora da Conceição, Sergipe. Abordamos como se constituem as relações de poder presentes nos assentamentos, estabelecendo como meta principal ouvir o que têm a revelar as vozes que nunca quiseram calar: das mulheres assentadas que, na maioria das vezes, estão inseridas num processo intenso de esquecimento e, conseqüentemente, invisibilizadas pelo Estado e sociedade civil.

Alguns pontos colocam-se em destaque através dos resultados que trazemos ao debate. Um deles diz respeito ao elevado índice de analfabetismo presente entre as mulheres que contribuíram com a pesquisa, fato que ocasiona muitas dificuldades frequentemente vivenciadas por elas no cotidiano, especialmente em relação ao acesso às políticas públicas. Saber ler e escrever surge como um sonho quase inalcançável para esses/as sujeitos/as que não tiveram o privilégio de desfrutar daquilo que as letras proporcionam; reflete a negação à cidadania, além de colocar estas mulheres em situação de vulnerabilidade constante porque, muitas vezes, não conseguem e/ou não lhes foi conferida a possibilidade de enxergar os meandros do processo de desigualdade em que estão inseridas.

Nas falas das mulheres e nas observações que fizemos em campo, pudemos perceber o processo de violências a que estão submetidas desde a mais tenra idade. Por outro lado, parece haver certa naturalização das violências, principalmente quando apontamos para o fato de que a maior parte das interlocutoras não se percebe inserida em contextos violentos nem reconhece e/ou expõe quando outras mulheres, vizinhas de lotes, viven-

ciam distintos modos de violência. Tal situação, para além das evidências, faz-nos pensar parecer existir um pacto de silêncio em torno de determinados temas no contexto geográfico, político e social dos assentamentos. A partir dessa constatação, a violência familiar, e especificamente a violência doméstica, consubstancia-se como um problema de ordem privada, que não deve romper as barreiras limítrofes e constituintes dos lotes.

Ao Programa Bolsa Família dá-se uma atenção especial pelas interlocutoras. Ele é apontado como uma política pública que chega especialmente às mãos das mulheres assentadas. Esse fato lhes confere, sobretudo, maior autonomia e poder de decisão nas questões referentes à casa e àquelas que envolvem os/as filhos/as. O Bolsa Família contribui efetivamente para a compra de alimentos, roupa e material escolar, necessidades básicas e imediatas. Além disso, também possibilita o acesso a uma renda que diretamente atua na possibilidade de maior empoderamento conferido às mulheres.

A terra e a agricultura fazem parte da vida das mulheres. É um lugar e uma atividade indispensáveis para a sobrevivência. Porém, as dificuldades enfrentadas em regiões pobres fazem com que a luta diária seja rude, experiência intensificada quando lhes faltam insumos agrícolas para a produção e quando as políticas públicas de financiamento voltados para o campo esbarram na burocracia e no desconhecimento destas políticas. Nesse ponto, desponta a necessidade de políticas públicas mais igualitárias em torno das questões de gênero no campo, como, por exemplo, a criação de dispositivos que facilitem o acesso ao Pronaf-Mulher, programa voltado às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção. A existência do referido programa não tem garantido às mulheres do universo da pesquisa o acesso a ele.

Por fim, o presente artigo aponta para questões sociais, políticas e regionais, uma vez que os assentamentos estudados se encon-

tram em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados de Alagoas e Sergipe. Portanto, os resultados trazem de forma singular; porém, não menos plural, dados regionais com atenção especial ao que falam as mulheres assentadas sobre experiências, modos de vida e subjetividades, fato que contribui para ampliar o conhecimento dos diferentes grupos de mulheres que constroem diariamente o Brasil.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALVARENGA, A. et al. T. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. S. *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011.

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em: <[http://docs.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura\\_fundiaria.htm](http://docs.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm)>. Acesso em: 14 out. 2012.

BERGAMASCO, S.; NORBER, L. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOCK, B. B. Rurality and gender identity: an overview. In: BOCK, B. B.; SHORTALL, S. (Eds.). *Rural gender relations: Issues and case studies*. Oxford: CABI Publishing, 2006. p. 279-287.

BORDALO, C. A. Camponesas e trabalhadoras rurais: uma análise de duas tradições de participação e representação política. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006, Quito. *Anais...* Quito: Universidade do Equador. Disponível em: <[www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Caroline%20Araújo%20Bordalo.pdf](http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Caroline%20Araújo%20Bordalo.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2012.

BRASIL. *Anuário Estatístico*. Brasília: Senado Federal, 2002 (v. 24).

BRASIL. *Lei n.150*, de 01 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm) . Acesso em: 22 maio.2016.

BRASIL. *Lei n. 4.504*, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1964. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2016.

BRASIL. *Reforma Agrária*. Brasília: INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, s.d. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2003.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2. reimpr. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CORDEIRO, R.; SCOTT, R. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, mai./ago. 2007. p. 419-423.

COSTA, P.R.S.M. *Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça*. 2012. 360 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis. Disponível em: <[http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024\\_1&tipo\\_pesquisa](http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa)>. Acesso em: 12 out. 2012.

CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* (10:1), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão/UFSC, 2002, pp.171-188.

DELPHY, C.. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. *Nouvelles Questions Féministes*, n 2, Féminisme: quelles politiques? p. 58-74, out. 1981.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GROSSI, M.P. *Identidade de gênero e sexualidade*. Coleção Antropologia em Primeira Mão – PPGAS/UFSC, 1998a.

\_\_\_\_\_. Gênero, violência e sofrimento. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis, RJ: ed UFSC, 1998b. p. 1-22.

LISBOA, T.K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Fazendo Gênero 8*. ST 11 – Exclusão Social, Poder e Violência. Florianópolis, 25-28 de agosto de 2008.

LOPES, E.S.; SANTANA, M.C.S. (Orgs.). *Do plural ao singular: Dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe*. 1. ed. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

MACHADO, L.Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: *Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília: SBP, 2000.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PDA – Plano de desenvolvimento do Assentamento Flor do Bosque – Messias – AL. Incra: Maceió, 2011.

REGO, W.G.D.L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SAFFIOTI, H.I.B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011

SALES, C. Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 240, mai./ago. 2007, p. 437-443.

SANTANA, M.C.S. Muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do Estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete (Orgs.). *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis, RJ: Nova Letra Gráfica e Editora, 2006. p. 47-70.

\_\_\_\_\_. “A gente faz muito trabalho e ninguém vê”: Muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: CURADO, Fernando F; LOPES, Eliano S.; SANTANA, Mônica C. S. (Orgs.). *Do plural ao singular: Dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe*. 1. ed. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008 (v. 1, p. 147-166).

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 16, 1990.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. Rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVERIA, F. et al. *Desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política*. Aracaju, janeiro de 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio008.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio008.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2012.

SCHWADE, E.; PAIVA, I. A. Nas resistências: Ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 43, p. 67-84, 2014.

\_\_\_\_\_; COSTA, M.G.G. Discursos e feminismos em movimento entre Marcha Mundial de Mulheres e o MST. *Sociais e Humanas*, v. 25, n. 2, p. 221-230, 2012.

VIEIRA, R.; MARQUES, A.C.N. Reforma agrária como alternativa: O caso do Assentamento Flor do Bosque, Messias, Alagoas - Brasil. In: XV ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15, 2015, Havana, Cuba. *Anais...* Havana, Cuba: EGAL, 2015. 1 CD-ROM.

Recebido em 20/01/2016

Aprovado em 20/05/2016

